



GT 014. Antropologia das Emoções

Maria Claudia Pereira Coelho (ICS/UERJ) -
Coordenador/a, Ceres Victora (UFRGS) -
Coordenador/a, Eduardo Moura Pereira Oliveira
(Universidade do Estado do Rio de Janeiro) -
Debatedor/a, Raphael Bispo dos Santos (UFJF) -
Debatedor/a, Lara Beleli (Núcleo de estudos de
Gênero - Pagu/UNICAMP) - Debatedor/a

A antropologia das emoções vem se consolidando como área autônoma no Brasil há cerca de vinte anos. Ao longo desse percurso, podemos identificar um conjunto de temáticas agrupadas em torno de dois eixos principais: as temáticas ligadas a áreas da vida associadas à dimensão privada e as temáticas vinculadas ao mundo público. Para as primeiras, podemos arrolar problemas de pesquisa ligados ao corpo, à sexualidade ou a saúde/doença; para as segundas, listamos os movimentos sociais, a violência ou os universos profissionais/institucionais. Esse Grupo de Trabalho tem como proposta avançar na superação dessa dicotomia, incluindo em seus focos de interesse, ao lado do elenco já canônico de temáticas passíveis de abordagem pela antropologia das emoções, novos problemas concebidos sob a égide da reflexão sobre essa dicotomia. As principais temáticas a serem contempladas são: a) emoções e instituições/práticas estatais; b) emoções e políticas públicas; c) emoções, moral e formas do cuidado; d) emoções, violência e vitimização; e) emoções e movimentos sociais; f) emoções e discursos/práticas profissionais; g) corpo, sensorialidade e emoções; h) emoções, gênero e sexualidade; i) emoções e experiências de saúde/doença.

Vergonha, desonra e resistência: as polacas e suas sociedades de ajuda mútua no Rio de Janeiro no início do século XX

Autoria: Anelise Fróes da Silva

Este work é parte de minha tese de doutorado, a qual vem sendo desenvolvida no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, com financiamento da CAPES, dentro do campo da Antropologia da Memória e das Sociabilidades. Versa sobre jovens judias traficadas do Centro-Leste da Europa para as Américas para fins de exploração sexual em cidades centrais como Nova Iorque, Rio de Janeiro e Buenos Aires, entre fins do século XIX e a segunda década do século XX, as quais ficaram conhecidas pela alcunha generalista de polacas. Mais do que investigar os silenciamentos e apagamentos daquelas mulheres na história e nos estudos antropológicos, tenho buscado conhecer suas formas de organização social, manutenção de espaços religiosos, múltiplas sociabilidades com outros grupos à margem (negros, operários, sambistas), e sobretudo suas estratégias de resistência e afirmação coletivas. A partir de organizações de ajuda mútua constituídas por judias prostituídas, discuto aqui questões como honra, desonra, impureza, exclusão, as diversas camadas de vergonha impostas sobre elas, e como foi possível que tenham se mantido unidas em torno dos ideais de cuidado de si e das outras, preservação cultural e religiosa, e garantias de sepultamentos dignos em suas mortes. Sigo as proposições de Pitt-Rivers (1979) sobre a honra coletiva de grupos sociais, a qual depende da honra de cada um dos membros do grupo, bem como de Peristiany (1971) sobre honra e vergonha, e a importância do pudor sexual para as mulheres. Da mesma forma, me utilizo das reflexões de Douglas (1976) sobre a crença em contágios perigosos como definidora de certas regras sociais, essenciais para a manutenção de valores morais, hierarquias e simetrias das sociedades. Desenho oposições entre as mulheres de valor da comunidade judaica, tais como descritas por Zweig (2004), e as polacas, uma vez que essas, apesar de sua condição de párias, desonradas, impuras e motivo de vergonha para o círculo judaico da época (e ainda hoje), foram capazes de permanecer fiéis aos seus princípios religiosos, à coletividade e à preceitos judaicos como a



caridade entre os seus e para com os demais.



Boas Vindas

A Associação Brasileira de Antropologia e a Universidade de Brasília dão as boas-vindas aos participantes da 31ª Reunião Brasileira de Antropologia! O encontro será realizado entre 9 e 12 de dezembro deste ano e traz como temática geral “Direitos Humanos e Antropologia em Ação”.

O início da nossa RBA se fará em contexto que precederá não só o novo governo eleito, como a nova Legislatura. Sua realização em Brasília permitirá dar maior visibilidade aos debates e reflexões antropológicas sobre os Direitos Humanos no Brasil.

Teremos atravessado o ano eleitoral que terá adicionado maior tensão ao atual contexto político. Hoje, estamos diante da crise econômica, do aumento das forças conservadoras e do decréscimo substantivo dos recursos financeiros necessários ao desenvolvimento da ciência e tecnologia, em especial das ciências humanas.

A temática desta Reunião visa refletir sobre a atual situação e o futuro dos Direitos Fundamentais inscritos na Constituição de 1988. Estão em risco os direitos ao reconhecimento e à territorialidade de indígenas, quilombolas e povos tradicionais, e aos direitos ambientais.

Da mesma forma, o Congresso Nacional alcunhou o conceito de gênero, de “ideologia de gênero” e retirou do Plano Nacional de Educação 2014/2020 as referências a procedimentos e medidas educacionais que visavam combater a discriminação de gênero. Deixou-se assim a descoberto no Plano educacional, ganhos importantes das movimentações sociais feministas, das movimentações pelos direitos à diversidade sexual, e das movimentações sociais pelo combate ao racismo que, de forma múltipla e/ou compartilhada, estimulavam e consolidaram estudos da interseccionalidade de gênero, sexualidade, raça e classe.

Depois de vários anos, pela terceira vez, (a primeira em 1984, a segunda em 2000), a Reunião será realizada na Universidade de Brasília. De 2000 para cá expandiram-se os programas de pós-graduação, departamentos e unidades que incorporam antropólogos/as em seu corpo docente e que incorporam conhecimentos antropológicos no seu ensino. Em especial, expandiu-se a incorporação de estudantes indígenas e de estudantes negros/as, pardos/as e de estudantes advindos das escolas públicas, nos cursos de graduação e nos de pós-graduação.

Contaremos com o apoio, não somente das áreas onde se congregam tradicionalmente os antropólogos/as, mas também dessas múltiplas áreas de ensino que na UnB se expandiram pela nucleação de estudos que incorporam a Antropologia nas áreas de saúde coletiva, artes visuais, educação e nos estudos que se dedicam aos povos tradicionais e questões ambientais.

Contaremos com o apoio relevante do Departamento de Antropologia e do seu Programa de Pós-graduação em Antropologia Social (PPGAS) criado o Mestrado em 1972, e, em 1981, o doutorado. O PPGAS se orgulha em manter os níveis mais altos da avaliação da CAPES através da prontidão contínua de seus/suas docentes e discentes.

Teremos o apoio do Instituto de Ciências Sociais (ICS), e de seus/suas docentes e discentes. Congrega os Departamentos de Antropologia (DAN), Sociologia (SOL) e Estudos Latino- Americanos (ELA). O ICS é responsável pelo curso de Ciências Sociais e suas habilitações em Antropologia (Bacharelado), Sociologia (Bacharelado) e



Ciências Sociais (Licenciatura) e pelos Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados sobre as Américas.

Teremos também o apoio do Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS), que oferece o curso de Mestrado em Sustentabilidade junto aos Povos e Terras Tradicionais (MESPT); o apoio da área de Saúde Coletiva da Faculdade de Ceilândia (FCE); da Faculdade de Saúde Coletiva (FS); da Faculdade de Educação (FE); do Instituto de Artes (IDA) e o forte apoio da Reitoria e da Administração Superior da UnB.

Brasília é um dos espaços que mais abriga antropólogos e antropólogas que desenvolvem atividades profissionais em órgãos do Estado, em órgãos da Justiça e do Ministério Público e em organizações não governamentais. Esse cenário permitirá sua forte contribuição aos debates e a maior visibilidade da área.

E, por fim, Brasília cada vez mais se apresenta como uma cidade com importância turística, ambiental, qualidade de vida e relevância dos movimentos sociais.

Um grande abraço de Boas Vindas,

Lia Zanotta Machado - Presidenta da ABA
Diretoria da ABA 2017/2018
Comissão Organizadora da 31ª RBA

Realização:



Apoio:



Organização:

